



1290000396



IE

O PADRÃO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA TCC/UNICAMP Sa30p
CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO MILAGRE
ECONÔMICO

Maria Silvia Bittencourt Nogueira Salvia RA: 981733
Professor Orientador: Waldir J. Quadros
Professora: Maria Flora Gonçalves
Monografia II
Campinas, UNICAMP – IE

Maio de 2002

TCC/UNICAMP
Sa30p
IE/396

CEDOC/IE

Índice

Introdução - História e Concentração de Renda

Capítulo 1 - Bens de consumo duráveis e distribuição de renda?

1.1 - Políticas Sociais compensatórias – não foram eficientes

1.2 - Aumento de salário real – não aumentou

Capítulo 2 - CEPAL : A via do desenvolvimento

Conclusão - O que realmente aconteceu no Milagre Brasileiro

Bibliografia

Introdução

História e Concentração de Renda

Durante o governo militar (1964-1985) houve forte intensificação da concentração de renda, em especial nos anos do Milagre Econômico (1968-1973), quando o Brasil cresceu a taxas elevadíssimas, se tornando uma economia industrializada.

O padrão de industrialização que se adotou foi o dos bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, refrigeradores, televisores), seguindo o padrão de consumo dos países desenvolvidos que aqui estavam investindo.

Um grupo de autores, Celso Furtado, Anibal Pinto, Raul Prebisch, entre outros, que fazem parte da CEPAL¹, que simplificarei chamando-os de Cepalinos, afirmam que industrialização baseada em bens de consumo duráveis em economias em desenvolvimento, dificulta a distribuição da renda.

Segundo outro grupo de autores (Waldir Quadros, Paulo Renato Souza, entre outros), poderia ter havido distribuição de renda no âmbito daquele padrão de industrialização, desde que houvesse gastos sociais compensatórios e aumento dos salários reais, num momento de grandes aumentos de produtividade. Por esta razão, eles afirmam que a concentração de renda acentuada no governo militar foi fruto de decisões políticas.

São as interpretações das causas desta concentração de renda que me interessam nesse trabalho. Elas se dividem em duas interpretações : uma diz que a concentração foi fruto da opção política em recusar medidas distributivas, tais como aumentos salariais e gastos sociais compensatórios. Outra, dos “Cepalinos”, diz que o padrão de industrialização que estava sendo implantado no país (dos bens de consumo duráveis) dificulta a distribuição da renda.

¹ CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) foi criada em 1949 com o objetivo de coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina, e posteriormente do Caribe.

A especificidade da história brasileira

A pesada herança colonial que não combinava com industrialização. Éramos um país marcado pela escravidão e incentivamos a imigração para compor a mão de obra de nosso país. Tínhamos um mercado de trabalho já elástico e ampliamos ainda mais essa elasticidade com vinda dos imigrantes.

O “Antigo Sistema Colonial” era marcado pelo predomínio da grande empresa agrícola comercial, baseada na escravidão e no latifúndio, sendo já um caso extremo de concentração da riqueza, renda e exclusão social. O que havia de pequena propriedade estava em torno da grande propriedade, dependente dela.

É bem conhecido o fato de que o regime de propriedade de terra contribuiu, desde o início, para uma forte concentração da renda agrícola. O latifúndio é a tradução da apropriação de uma alta parte da renda agrícola por um número relativamente pequeno de proprietários e contribuiu, assim, para manter a baixa produtividade no setor agropecuário. A continuidade do monopólio da terra impediu o florescimento da pequena propriedade como forma economicamente viável.

O mercado de trabalho que ia se formando em São Paulo ia sendo marcado pela ampla disponibilidade de mão de obra, disponibilidade esta garantida por migrantes livres e pobres em abundância, com a intensa imigração européia a partir das duas últimas décadas do século XIX, possibilitada pela política imigratória e pelas condições internacionais.

A ampla disponibilidade de mão de obra é naturalmente desfavorável à ampliação dos salários. Ela atendia tanto à demanda da economia cafeeira como das atividades urbano-industriais, desenvolvidas em São Paulo.

Assim, na área que apontava em direção ao futuro vinha se constituindo um mercado de trabalho urbano desfavorável à elevação dos salários. A herança social que recebemos de nosso passado escravista, da Abolição conservadora, da imigração em massa, foi a mão de obra barata.

A industrialização que seguiu influiu pouco, pelo menos em suas primeiras etapas, para modificar a distribuição de renda no país, principalmente ao se combinar aos efeitos que a crise do início dos anos 30 teve no setor agrícola. Essa crise significou para o setor agropecuário uma queda brusca de seus mercados interno e externo e uma prolongada queda de seus preços relativos. Os grandes proprietários conseguiram suportar as conseqüências da crise devido à deterioração das rendas reais dos trabalhadores agrícolas e das várias formas de remuneração não monetária, ou ainda, devido à influência sobre a política econômica geral, conseguindo obter diversos mecanismos de compensação (créditos, preferências tributárias, financiamento público), acentuando a regressividade da distribuição de renda gerada nesse setor.

As forças concentradoras que se manifestaram na expansão dos setores primários não puderam ser contrabalanceadas pelo tipo de desenvolvimento industrial que começou a se intensificar posteriormente. A forma que esse processo assumiu significou a introdução de novos fatores de concentração, fatores estes que apresentavam substanciais diferenças com relação ao desenvolvimento dos países capitalistas avançados, principalmente do ponto de vista do caráter e conseqüências do progresso técnico em determinado marco institucional.

Nos anos 30, o Brasil iniciou a industrialização substitutiva de importações, inaugurando o período de crescimento para dentro. As primeiras indústrias que aqui se instalaram foram as de bens de consumo não duráveis e, posteriormente, a partir dos anos 60, as dos bens de consumo duráveis.

Na etapa dos bens de consumo não duráveis ocorre a transformação da estrutura produtiva, aproximando a demanda pré-existente da produção, mobilizando a economia tanto para

frente, como para trás. Os bens desta etapa têm baixo preço unitário, compatível com a renda média brasileira; as classes mais altas satisfazem sua demanda com importações.

Diz-se que um dos aspectos para do esgotamento da primeira etapa de industrialização é a saturação do mercado para produtos tradicionais e seus complementos. Deve-se observar que a saturação atinge apenas uma parte da população, portanto era possível que esse mercado continuasse a se dilatar, incorporando novos consumidores, pois a brecha entre os níveis médios de renda e preços dos bens não era desmedida.

Nessa época o tamanho do mercado interno potencial do país foi negado. Optou-se por ampliar a capacidade de consumo de apenas uma pequena parcela da população. Hoje busca-se novos mercados: o Mercosul, a ALCA. Novamente negando a o mercado interno que existe, novamente excluindo a população do país.

O que realmente determinou a mudança para a etapa seguinte da industrialização (dos bens de consumo duráveis) nos anos 60, foi um movimento superposto vindo de fora, para criar e responder a demanda de uma minoria da população, respondendo ao estágio de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo monopolista.

Getúlio Vargas buscou por muito tempo a industrialização com soberania nacional, tentando implantar um projeto nacional. No entanto, a industrialização pesada só começou com Juscelino Kubitschek, durante a execução do Plano de Metas entre 1956-1961, quando o país trocou a soberania pela indústria, que se concretizou com base no tripé capital nacional (fornecedor de bens intermediários), capital estrangeiro (fornecedor de bens de produção e tecnologia) e Estado (infra-estrutura).

Se enfrentássemos a dominação do capital estrangeiro: perderia-se a modernização. Ao deixar de lado a soberania nacional desconstruiu-se a Nação para construir um mercado que atendesse à elite.

Durante o regime militar (1964-1985), em especial no Milagre Econômico (1968-1973), um número cada vez maior de indivíduos, independentemente do nível social, entrava para o mercado consumidor. Isso acontecia por causa dos meios de acesso ao mercado criados pelo Governo (como as financeiras, o crédito direto ao consumidor – CDC) e do aumento da renda, principalmente das classes médias (profissionais liberais, técnicos, etc.). Entretanto o que pretendo destacar é que apesar da população ter cada vez maior acesso ao mercado consumidor, a renda se concentrou em favor das classes mais altas.

“Caso a situação tivesse evoluído de outro modo – no sentido de ampliar progressivamente a base do mercado – teriam-se mantido estímulos e oportunidades claras para a industrialização voltada para bens correntes e para aprofundar e estender as substituições ao campo dos insumos básicos e aos bens de capitais. É evidente que isso não significa que a estrutura produtiva podia ou devia congelar-se para sempre dentro dessa orientação. Como é lógico, à medida que a renda tivesse sido elevada e o consumo corrente de uma maioria se ampliado, iriam-se criando condições para as novas transformações na estrutura produtiva, como, por exemplo, em direção dos bens duráveis mais caros”. (Anibal Pinto)

Ao final dos anos 70 conhecíamos a tecnologia da 2ª Revolução Industrial, podíamos ter criado demanda para ela, podíamos ter expandido o mercado, equalizado o país e depois ter corrido atrás da modernização.

A etapa dos bens de consumo duráveis foi financiada com investimento direto estrangeiro, isto é, com o padrão de consumo dos países centrais, passando a ser este o setor impulsionador da demanda interna.

As características destes bens são: alavancagem da economia em grau muito superior aos bens de consumo não duráveis, estabelecendo relações complexas entre setores; sua produção interna não substituíam importações, pois não havia demanda pré-existente que fosse satisfeita por elas, não aliviavam então as pressões sobre o Balanço de Pagamentos; por se tratar de multinacionais, o centro de decisões não era no país, dessa forma não respondendo aos interesses nacionais; a instituição da dependência tecnológica.

Para que as tendências à concentração social de renda e dos recursos não se realizassem, o Estado teria que ter exercido seu papel de “agente compensador” para aqueles grupos relativa ou absolutamente marginalizados, através dos diversos tipos de gastos sociais e transferências. Isto não foi feito no governo militar. O social foi deixado a cargo do desenvolvimento econômico, ou seja, o enorme crescimento da economia alavancaria todos os setores e todos teriam, assim, oportunidade de “pegar sua parte do bolo”.

Face à explicitação de demandas e à crescente complexidade da sociedade urbano-industrial, não era mais possível que as ações do estado continuassem tão acanhadas.

O aparato estatal passou por profunda reformulação, com alteração e criação de novos órgãos e programas e o estabelecimento de novas fontes de financiamento e formas de operação, conduzindo à progressiva organização e consolidação de políticas nacionais de previdência, atenção à saúde, assistência social, educação, habitação, saneamento básico, transportes coletivos urbanos, alimentação e nutrição, num contexto de inédita centralização.

Uma questão decisiva foi a reformulação do esquema de financiamento da área social:

- Unificação dos diversos Institutos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), colocando a disposição do Estado imensa massa de recursos financeiros;
- Salário educação (recurso destinado ao ensino fundamental);
- FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), sob a forma de contribuição das empresas sobre a folha de salários, sendo utilizado como fonte de financiamento das políticas de habitação e saneamento do BNH;
- PIS (Programa de Integração Social) / PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e outras contribuições, estas utilizadas para financiar as atividades do BNDE.

Se por um lado diminuía a pressão do gasto social sobre a arrecadação tributária, a ampliação dos recursos sociais tornava-se fortemente dependente do desempenho dos níveis de emprego e de salários nas empresas.

Durante o Milagre Brasileiro, tínhamos um quadro muito favorável ao sucesso dessa estrutura de financiamento, favorecendo um inegável aumento nos gastos sociais.

“Ficava claro que só havia a possibilidade de efetivar uma política redistributiva global se a política econômica ganhasse autonomia para simultaneamente assegurar o crescimento econômico sustentado e garantir a centralidade da política redistributiva (...) construção de uma verdadeira sociedade do ‘bem-estar’”. Ou seja, desenvolver e não apenas crescer economicamente.

Para que exista desenvolvimento econômico é necessário que haja um objetivo a ser alcançado, tem que haver um projeto, a busca por um fim. Esse projeto vai refletir os valores (dignidade *versus* consumismo), as prioridades da sociedade e também sua estrutura de poder e estratificação social. Para se atingir esse objetivo, o crescimento econômico tem que existir, mas apenas o crescimento não significa desenvolvimento, o crescimento é a maneira de se chegar a um fim, fim este o aumento do bem estar da sociedade como um todo. Desenvolvimento significa então aumento do bem estar coletivo, aumento da eficiência produtiva e aumento da riqueza, transformação, mudança na sociedade, enquanto que crescimento é apenas a melhora do econômico, aumento do lucro e da acumulação, que passa a ser um fim em si, não existindo o foco de o que fazer com esse resultado.

O Milagre Brasileiro foi o exemplo de crescimento com desigualdade. Isso afeta o padrão de produção e hoje vemos o resultado da escolha. Não desenvolvemos, apenas crescemos.

Na Era Vargas, havia preocupação social, mas já na passagem para Juscelino Kubitscheck o descaso social aparece : apenas 7% do orçamento do Plano Metas (1957-1961) era dirigido para o social, que não foi plenamente implementado, ao contrário das metas econômicas.

No momento do enfrentamento da crise econômica (1962-1963) se definiu o caráter excludente do Milagre Brasileiro: o conservadorismo da política econômica e social acompanhado pelo autoritarismo político. As melhorias sociais viriam como um desdobramento do crescimento econômico, isto é, ele próprio, o crescimento, resolvendo os problemas sociais.

O padrão concentrador se impôs em decorrência do comando conservador das questões estruturais, do atraso na constituição do capitalismo moderno, e das heranças coloniais – escravidão, miséria rural, concentração da terra.

Com todas essas transformações econômicas, com o nível de industrialização atingido nos anos 60 e 70, a estrutura social também se modificava. As melhorias ocorreram e foram nítidas: mobilidade ascendente, acesso a novos padrões de consumo, aumentos dos níveis de emprego e renda, diminuição da pobreza, a melhora dos índices de mortalidade infantil, de expectativa de vida, de escolaridade, de disponibilidade de energia elétrica e de saneamento básico.

No entanto, a concentração de propriedade, riqueza e renda pioraram, a pobreza no meio rural persistiu. Nas áreas de elevado dinamismo econômico, a concentração de renda e o rápido crescimento populacional reforçaram a tendência de ampliação de novas situações de pobreza.

A consolidação de nosso dinâmico capitalismo industrial envolveu a reprodução de profundas desigualdades. Era evidente a polarização industrial, em que a pobreza se contrapunha à opulência de uma minoria da população.

CAPÍTULO I

Bens de consumo duráveis e distribuição de renda?

A estrutura da distribuição de renda não deve ser atribuída ao padrão de industrialização baseado nos duráveis, pois a estrutura econômica não é capaz, por si só, de explicar o que se passa no campo social e político: há tanto a conduta do governo, como da sociedade em relação aos desequilíbrios sociais.

Waldir Quadros, diz que o modelo dos duráveis (“estrutura produtiva típica do capitalismo monopolista”) possibilita distintos padrões de desenvolvimento. O do Brasil foi concentrador de renda, resultado da forma como se implantou e desenvolveu o padrão americano de industrialização no país.

Há formas de se distribuir renda mantendo o padrão de industrialização adotado: via políticas sociais compensatórias ou via aumento de salários reais. Ambas não se verificaram no período de maior dinamismo econômico de nossa história: o Milagre Brasileiro. Vamos a elas:

1) Políticas Sociais compensatórias – não foram eficientes

Os programas sociais desenvolvidos durante o regime militar se mostraram insuficientes e incapazes de garantir um atendimento minimamente satisfatório das necessidades básicas do conjunto da população de menor renda.

Difícilmente, poderíamos afirmar que as políticas sociais tiveram um papel corretor das desigualdades de renda e de oportunidades de vida. Por mais que se gastasse na área social, isso era insuficiente face à reprodução das desigualdades sócio-econômicas, estimuladas pela própria ação estatal, até mesmo no campo da política social.

De fato, a política social ao invés de corrigir acabou por referendar o quadro de desigualdades:

- Educação: a ampliação da escola pública foi acompanhada pela deterioração da qualidade de ensino.
- Cobertura médico-hospitalar previdenciária: as demoradas longas filas, o descaso, a baixa qualidade de atendimento foram se tornando recorrentes.
- Habitação: para ter acesso ao financiamento do BNH, exigia-se comprovação de capacidade de pagamento. Assim, o grosso de seus recursos se dirigiu a segmentos de maior poder aquisitivo, enquanto que a população carente se dirigia para as favelas, ou periferia, normalmente em lotes clandestinos destituídos de infraestrutura.

Assim, em qualquer uma dessas áreas, a expansão dos programas sociais resultou numa exclusão do acesso, ou então em uma cobertura insuficiente das camadas de menor renda.

O financiamento desses programas, assentado basicamente em recursos oriundos de contribuições sociais das empresas, tinha claros efeitos regressivos sobre a distribuição de renda (marca da reforma tributária de 1966 – PAEG). A utilização de recursos com exigência de remuneração, como era o caso do FGTS, acaba também por reforçar a expansão de programas que garantissem retorno, referendando seu direcionamento às camadas da população com suficiente capacidade de pagamento.

Moldou-se dessa forma um perfil de política social, intimamente solidário com o estilo de desenvolvimento econômico e político.

A política social não funcionou como um mecanismo de igualação de oportunidades nem de resultados, mantendo e mesmo aprofundando as desigualdades produzidas no âmbito da produção e emprego. Ela tornou-se, dessa forma, um elemento importante na reprodução de uma sociedade marcada por profundas desigualdades de condições de trabalho e atividade, renda, consumo, educação, habitação e saúde, em que a regra foi uma integração precária

da massa de trabalhadores, incompatível com o patamar de desenvolvimento econômico já atingido. Acabou, apesar de tudo, gerando incontáveis empregos e afastando progressivamente a pobreza mais abjeta do passado, instalando-se como um mecanismo importante de reprodução social.

A política agrícola

As alternativas de relação de trabalho da massa rural iam de parcerias até o trabalho assalariado, ou trabalhar por conta própria em terras próprias, geralmente em condições desfavoráveis.

A concentração fundiária e seus efeitos negativos sobre a pequena propriedade e sobre os rendimentos dos trabalhadores rurais constituíram o principal fator de empobrecimento da maioria da população rural e da existência de um perfil concentrado da renda agrícola. O monopólio da terra, a disponibilidade de mão de obra barata funcionou como um elemento indutor da continuidade e predominância do uso extensivo da terra pela grande propriedade.

Na pequena propriedade predominava a exploração extensiva, que ao longo do tempo conduzia ao declínio da produtividade do solo, levando as famílias a se deslocarem para as fronteiras móveis ou para o meio urbano. Associado a isso, havia o fracionamento da pequena propriedade, todos contribuindo para a expulsão da população rural.

A expansão capitalista nas novas fronteiras, acelerou-se pós 64, mas essa expansão territorial e econômica em direção ao Centro-Oeste e ao Norte reproduziu o mesmo padrão de concentração fundiária das outras regiões.

No pós 64, a política agrícola criou um sistema nacional de crédito de custeio e investimento, fornecendo os incentivos necessários à incorporação e aceleração da modernização agrícola. Essas transformações se processaram de forma desigual, tanto regionalmente (beneficiaram-se os estados do centro-sul) como dentro de cada estado, ao

atingirem preferencialmente os médios e grandes proprietários e os produtos exportáveis e demandados pela agroindústria. Dando crédito e incentivos aos já ricos!

A modernização ampliou a concentração fundiária e da renda. A maior utilização de máquinas e insumos modernos reduziu a necessidade de força de trabalho e intensificou a sazonalidade do emprego. Avançaram as relações puramente assalariadas, generalizando-se as relações monetárias no campo. A rápida transformação da agricultura sobre a base intocada da forte concentração fundiária restringiu as oportunidades de reprodução no campo, acarretando o êxodo maciço da população rural nas décadas de 60 e 70, ampliando fortemente a disponibilidade de mão de obra para as atividades urbano-industriais.

A renda agrícola cresceu, mas houve forte concentração em sua distribuição principalmente na década de 70 e nas regiões mais modernas. Os salários agrícolas cresceram, menos porém que os lucros num período de aumento de produtividade e permaneceram as condições básicas de superexploração da massa de assalariados em expansão. Houve também uma diferenciação no interior dos assalariados agrícolas, ocorrendo a ampliação das novas ocupações manuais com alguma qualificação (tratoristas, operadores de máquinas) e não-manuais (veterinários, agrônomos, técnicos agrícolas).

Enfim, a transformação da agricultura deu lugar à mudanças na estrutura social. Combinou violenta expulsão do campo, reposição e reforço do monopólio da terra e da pobreza para grande parte dos pequenos produtores e principalmente de trabalhadores assalariados que permaneceram ocupados em atividades agrícolas.

O controle do acesso à terra por uma minoria permaneceu como a condição de fundo da superexploração do trabalho.

2) Aumento de salário real – não aumentou

Paulo Renato Souza trata da questão salarial. Em cada padrão histórico de industrialização, as estruturas de produção e de concorrência capitalista são determinantes das estruturas de

mercado e de consumo. O ajuste entre as estruturas de mercado e de consumo passa através da distribuição pessoal da renda, sobretudo do trabalho, que se diferencia mais ou menos, dependendo do nível de salário de base.

A dispersão de produtividade nos diversos ramos industriais tende a ser maior do que os salários, já que a primeira corresponde a uma forte heterogeneidade da base técnica inter e intra-setorial. O salário de base, por sua vez, é válido por toda estrutura industrial e a dispersão dos salários dentro de cada ramo depende da organização industrial.

Assim, não há porquê supor “que a produtividade e os salários tenham que seguir caminhos paralelos”. No Brasil, no período da crise (1961-1963), houve queda do piso salarial, quebra do poder sindical, com o que as diferenças salariais internas às indústrias puderam ser ampliadas, sancionando as escalas hierárquicas e burocráticas.

Durante as décadas de quarenta e cinquenta a definição do salário dos empregados de empresas estatais e privadas era condicionada tanto pelas políticas do salário mínimo quanto pelo próprio movimento do mercado.

Os sindicatos com maior poder de barganha pressionavam pela fixação dos salários profissionais, já que a inexistência de ação sindical no interior da empresa dava ao empregador enorme autonomia para o estabelecimento do salário nominal e de seu valor teto. Como parcela significativa dos empregados assalariados do setor urbano formal recebia remuneração próxima ao valor do piso nacional, a política do salário mínimo era responsável por grande parte da dinâmica dos salários nominais.

O salto para industrialização pesada na presença de uma ativa política de sustentação do poder de compra do salário mínimo representou uma significativa elevação do nível geral dos salários industriais, o que não impediu o declínio da parcela dos salários no produto.

Com a interrupção do governo democrático, em 1964, os interesses das classes subalternas foram retirados da esfera política. Sem condições de protestarem diante desse quadro

desfavorável, ocorreu uma forte abertura do leque salarial no país, o que piorou ainda mais o perfil da distribuição de renda nacional. A variável-chave para entender esse processo é o comportamento do Estado na condução de políticas macroeconômicas, que permitiram um descolamento da relação entre salário mínimo e custo de reprodução da força de trabalho. Desse período em diante, a situação do salário-mínimo no país nunca mais se recuperou, mesmo após a retomada da democracia.

As circunstâncias políticas e os rumos da intervenção estatal a partir do golpe 64 foram no entanto decisivos para reforçar as condições já estruturalmente adversas do mercado de trabalho, justamente num contexto de maior estabilidade da base industrial do país e após um período de organização e ação sindicais mais ativas, potencialmente favorecedoras de salários mais elevados. O regime militar estabeleceu a soberania do poder empresarial sobre a gestão do emprego e a regulação do trabalho, mas alterações foram decisivas:

- Repressão e controle à prática sindical
- Extinção da estabilidade via regulação do FGTS, facilitando a rotatividade da mão de obra
- Estabelecimento de política salarial, na qual o Executivo definia os critérios para o conjunto dos salários (desvalorização do salário mínimo e o controle da correção do conjunto de salários e benefícios da previdência social)
- Na regulação do mercado de trabalho a expansão do emprego foi acompanhada pelo declínio, se não absoluto, pelo menos relativo das remunerações, inclusive de postos de trabalho com maiores requisitos de escolaridade e especialização.

Os efeitos adversos do esvaziamento dos sindicatos, da instituição do FGTS e da orientação da política salarial sobre a estabilidade do emprego e o comportamento dos salários, contribuíram para ampliar o poder das empresas e a concentração da renda.

O fenômeno básico presente na abertura do leque de remunerações foi o distanciamento entre a base dos salários, mantida num nível muito baixo, e as remunerações da cúpula gerencial.

A intensificação das desigualdades de remunerações já estava presente durante a crise de meados dos anos 60, mas ela foi particularmente forte a partir da expansão econômica do Milagre Econômico.

No período de 1968-1974 o crescimento da produtividade alcançou cifras inegavelmente altas, observando-se o crescimento dos salários médios em praticamente todos os ramos industriais, porém a base salarial manteve-se no nível do salário mínimo. O notável crescimento do produto médio favoreceu a ampliação das diferenciações salariais, o que continuou sendo ajustado à lógica de expansão de mercado para as indústrias de ponta, especialmente através da maior capacidade de endividamento dos grupos médios para aquisição dos bens duráveis mais caros.

As disparidades de salários atingiram níveis elevadíssimos, considerando o curto prazo em que se verificaram : entre 1968-1975, os salários baixos da grande indústria de São Paulo cresceram em 16%, enquanto que os médios em 35% e os altos cresceram em 63%.

No período 1960-1980 a taxa de urbanização aumentou significativamente em todas as regiões. A forte diferenciação dos aparelhos econômicos e sociais do Estado abriu significativas oportunidades de trabalho para técnicos, especialistas, profissionais de nível superior nas atividades públicas e também oportunidades de investimento e de trabalho na construção civil, na indústria farmacêutica, equipamentos hospitalares, na prestação de serviços públicos, na indústria de transformação, no comércio, nos serviços domésticos, na educação e nos serviços educacionais. As cidades cresciam e os serviços privados se diferenciavam. Tudo isso gerando ampliadas e novas oportunidades ocupacionais.

O alto dinamismo do crescimento das oportunidades de trabalho possibilitou inclusive a incorporação de trabalhadores com baixos níveis de escolaridade e formação vindos do meio rural. A alta capacidade de geração de empregos pelas empresas, é explicada pelas condições excepcionais que vigoraram nessas décadas: profundo dinamismo da industrialização, que construíram e ampliaram a base produtiva e a infra-estrutura

econômica, criaram e multiplicaram uma malha de relações dentro e entre os diversos setores da atividade econômica e as várias regiões do país.

Tudo isso em meio a uma brutal disparidade de renda e a uma crescente complexidade da vida urbana, em especial nas metrópoles, marcada pela alteração nos padrões de consumo e pela presença cada vez mais importante do carro, do edifício e eletrodomésticos.

A intensa desigualdade de remunerações, com uma base de salários baixa e um pequeno núcleo de altos salários e ordenados, é compreendida na configuração de um desenvolvimento capitalista cujas tendências concentradoras foram acentuadas. Baixo nível da base de salários e escassas possibilidades de fixação no emprego compuseram um regime predatório de utilização da mão de obra pelas empresas do país.

A enorme disponibilidade de mão de obra desde o final do século XIX: fluxo de imigrantes, população livre nacional, êxodo rural e elevadas taxas de crescimento demográfico (rural e urbano) garantiam assim o intenso fluxo de força de trabalho de baixa qualificação para o meio urbano.

No entanto, baixa estabilidade do emprego e baixos salários caracterizavam a inserção ocupacional da massa de empregados das empresas, sobretudo nos postos de pouca qualificação nas tarefas de execução.

Os ramos onde houve um crescimento acentuado do salário médio foram aqueles marcados por estruturas ocupacionais diversificadas. Este processo ajustou-se à necessidade de redefinição das estruturas de consumo determinada pela modificação no padrão de acumulação (dos bens não duráveis para os duráveis).

Os salários base cresceram, mas o crescimento médio dos salários dos trabalhadores dos níveis inferiores foi muitíssimo menor que o das categorias superiores. O decisivo é que a base dos salários permaneceu em níveis muito baixos em relação ao potencial produtivo que se criara.

Houve aumento generalizado do poder de compra dos salários e transformações estruturais nos padrões de consumo. A massa de operários comuns pôde alargar e alterar o consumo de bens não-duráveis e mesmo de duráveis, sobretudo os mais baratos, com base principalmente no forte aumento do emprego e na ampliação do número de ocupados na família.

O aumento das desigualdades de remuneração funcionou como um importante elemento de concentração de renda global, preparando e depois ajudando a sustentar a liderança dos setores de bens de consumo duráveis.

As possibilidades e os limites da integração da massa de despossuídos, de baixa escolaridade e sem profissão foi muito estudada. Foi apontado algumas vezes na literatura que o problema residia na escassa capacidade de absorção de mão de obra nos setores modernos, em especial na indústria de transformação, decorrente ora da tecnologia importada, ora do privilégio às indústrias não essenciais. As evidências empíricas logo trataram de desmentir esse baixo dinamismo do emprego; assim, restou enfatizar seu descompasso com o elevado ritmo de crescimento da oferta de mão de obra durante a industrialização.

Muitas vezes ao tratarem do problema do mercado de trabalho, enfatizavam os impactos negativos do problema agrário, mas se esqueciam de considerar que o estilo de desenvolvimento imprimido ao país marcava certas particularidades da geração de oportunidades de trabalho no meio urbano.

O principal problema do mercado de trabalho não residiu na alta taxa de crescimento demográfico, mas no inusitado ritmo e volume de êxodo rural, este induzido pela forma de encaminhamento do problema agrário, da ausência de reforma agrária e de melhoria das condições de vida no campo.

“A política do novo governo militar criou condições para uma reorganização do esquema distributivo ‘conveniente’ ao sistema (...) mantendo a queda dos salários mínimo reais, mas permanecendo constantes os médios, permitindo abertura do leque da escala de remuneração em favor dos novos grupos médios emergentes” (Tavares e Serra, 1971, p.201)

Tendo isso pressuposto, fica mais fácil entender porque a distribuição de renda no Brasil é tão díspar e injusta. A partir do momento em que os trabalhadores não têm proteção do Estado e, como agravante, vêem sua única ferramenta de luta por melhores condições de trabalho - os sindicatos - neutralizada durante o governo militar, as forças do mercado fazem com que apenas os trabalhadores com maior qualificação técnica se apropriem dos ganhos de produtividade decorrentes de períodos de forte crescimento econômico, enquanto que os detentores de salário-mínimo têm suas remunerações constantemente deprimidas, em termos de poder de compra.

A industrialização revelou baixa capacidade de absorção de mão de obra, em relação tamanho da heterogeneidade do mercado de trabalho, incapacidade de transferir os aumentos de produtividade para os salários e a urbanização caótica.

CONCLUSÃO

O que realmente aconteceu no Milagre Brasileiro

A partir da década de 30 abriram-se os caminhos para a industrialização, mas a alternativa dos que pretendiam o desenvolvimento econômico com justiça social, foi inteiramente derrotada pela “Revolução de 64”. A reestruturação conservadora promoveu o crescimento econômico rápido e a mobilidade social vertiginosa, mas o Brasil se transformou no país mais desigual do mundo.

Entre 1960 –1980 as classes médias de fato passaram por uma significativa diferenciação. Destacou-se um segmento superior com altos níveis de renda média. Camadas gerenciais e de comando e altos profissionais constituíam o núcleo básico desse grupo. Por outro lado, havia um segmento, que representava mais da metade dos ocupados dessa camadas, com níveis de renda bem mais baixos, que se tornaram mesmo inferiores à média nacional de renda e muito próximos de alguns segmentos de trabalhadores manuais urbanos.

A transformação social envolveu a reprodução de uma forte estratificação de renda entre os diversos estratos e também no interior deles. A polarização social se verificou: de um lado os proprietários e os segmentos superiores das camadas médias e de outro a massa de trabalhadores manuais.

O que houve foi um processo de mobilidade social associado basicamente ao estancamento das oportunidades de trabalho no campo e à abertura de crescentes e novas oportunidades de investimento, negócios, trabalho pela transformação e dinâmica expansão das atividades econômicas, do espaço urbano e do próprio Estado.

Nessas transformações foram recriadas distâncias enormes de renda, educação, propriedade, consumo, entre as camadas sociais renovadas.

Pastore (1979), a partir de um questionário especial da PNAD de 1973, centrado na mobilidade de homens, chefes de família, com idade entre 20 e 64 anos, constatou a ocorrência de forte mobilidade ascendente intra-regional e também inter-geracional:

54% dos indivíduos alcançou mobilidade ascendente em relação a seus pais (47%)

42% se mantiveram no mesmo estrato aumentou o número de ocupados em todos os estratos enquanto que o trabalho rural manual não qualificado diminuiu.

A mobilidade ascendente foi mais frequente entre os indivíduos dos dois estratos de renda mais baixos, apesar de terem percorrido apenas pequenas distâncias sociais. Praticamente metade dos ascendentes inseriu-se no estrato manual qualificado

A interpretação de Pastore (1979) compartilha da visão conservadora dominante e largamente otimista. A mobilidade social verificada teria significado um avanço social que possibilitou uma melhora do status social da metade dos chefes de família. “Com a expansão dos estratos médios, vista como um processo de equalização social, teria ocorrido uma diminuição da desigualdade social inerente à pirâmide social, tornando a estrutura social menos desigual e mais homogênea”

O próprio Pastore alterou alguns aspectos de sua interpretação sobre mobilidade, passando a enfatizar outros resultados da pesquisa anterior, em trabalho posterior (Pastore & Haller, 1993).

“Na verdade, os dados mostram uma ampliação simultânea da mobilidade social ascendente e da desigualdade. A grande maioria dos brasileiros (de status baixo) subiu na estrutura social percorrendo pequenas distâncias, enquanto poucos brasileiros (de status médio) percorreram grandes distâncias. A distância entre a base e o topo da pirâmide social aumentou de modo extraordinário(...). Em suma: “ O Brasil permitiu muita mobilidade, aumentou sua classe média e, ao mesmo tempo, tornou-se mais desigual” .

A questão básica é que, na experiência brasileira, esses espaços cresceram, atingindo inegável expressão absoluta e relativa, a partir de uma situação pré-existente de profundas

desigualdades socioeconômicas e que os rumos imprimidos ao desenvolvimento e à ação pública não trataram de corrigir ao longo do tempo e, mais, as tornaram mais profundas.

É evidente que não ocorreu uma democratização das oportunidades. Como indicou Pastore (1979) foram os indivíduos de ocupações não-manuais que puderam aproveitar das boas oportunidades de mobilidade ascendente, começando melhor e percorrendo grandes distâncias sociais. Apenas uma parte relativamente pequena conseguiu saltar para os estratos não-manuais, quando reuniam condições para tanto, como o acesso à escolaridade ampliada e a maior vivência no meio urbano.

O aumento das ocupações não-manuais significou a forte melhoria dos padrões materiais das camadas superiores da sociedade. Como se partiu de um quadro de condições extremamente precárias da maioria da população, a mudança rápida de posições sociais e espaciais e dos padrões de consumo, num contexto autoritário certamente contribuiu para ampliar a percepção de melhoria das condições individuais e ao mesmo tempo reforçar comportamentos e valores individualistas associados à ascensão e ao consumo materiais.

A rapidez e a profundidade das transformações ocorridas não apagaram porém as imensas desigualdades de oportunidades nesse processo de mobilidade, associadas à origem social e referendadas pelas políticas públicas.

Se a distribuição de renda era desigual, se aprofundou ainda mais nas décadas de 60 e 70, períodos de forte crescimento econômico e da renda per cápita, notadamente no Milagre.

O período 1968-1974 foi de crescimento econômico sem precedentes, resultando numa sociedade urbanizada, com possibilidades de mobilidade social e em um mercado de trabalho assalariado. No entanto, ocorreu deterioração na distribuição de renda.

Imaginava-se que os salários reais fossem crescer neste contexto de crescimento econômico e aumento de produtividade, mas foi a política de arrocho do salário mínimo e dos reajustes salariais das categorias profissionais, articuladas à violência do governo militar contra a

ação sindical que tomou lugar, garantindo que os benefícios criados por uma situação mais favorável ao mercado de trabalho fossem apropriados diferencialmente pela sociedade, contribuindo para acentuação do quadro de desigualdade de renda existente no país.

O grau de desigualdade na distribuição da renda familiar também aumentou acentuadamente da década de 60 e manteve-se praticamente constante na década de 70, quando ocorreu um aumento do número de pessoas com rendimento nas famílias, especialmente nas de menor renda (Hoffman & Kageyama, 1986; Hoffman, 1992).

É surpreendente que com todas as transformações econômicas e na estrutura ocupacional, o perfil da apropriação da renda tenha se mantido semelhante ao de 1960, mas agora mais concentrado na cúpula dos 10%, numa profunda polarização entre uma camada relativamente pequena de ricos, dos quais 5% muito ricos e de 1% de riquíssimos.

Em 1980, a distribuição de renda pessoal (PEA com rendimentos) mostrava que os 10% mais ricos apropriavam-se de 49,6% da renda e os 5% mais ricos de 37%. Os 50% mais pobres obtinham apenas 13,8% da renda e 43,2% dos ocupados tinham um nível de renda inferior ao salário mínimo.

Em 1960, os 50% mais pobres se apropriavam de 17,4% e em 1980 de 12,7%. A diferença é que já não eram majoritariamente trabalhadores do campo. Em contraposição, os 5% mais ricos se apropriavam em 1980 e uma renda três vezes maior do que em 1960 (37%). Se contarmos os 10% mais ricos esses ficavam com 50% da renda.

“Que as desigualdades de renda estivessem se aprofundando, que pelo menos 80% dos ocupados estivessem perdendo posição relativa, principalmente os mais pobres, tudo parecia estar encoberto pela abertura acelerada de oportunidades de trabalho, negócios e investimento e pelo crescimento dos níveis de renda média nos anos 70, sobretudo no Milagre. De fato, em condições de expansão de produtividade e taxas de crescimento econômico muito elevado, teriam que ter ocorrido processos redistributivos de uma perversidade extrema para que a renda dos estratos inferiores não aumentasse também. O consumo de bens duráveis, ainda que de forma limitada, ia deslizando para as camadas de

menor renda , sobretudo no meio urbano. Certamente com ajuda preciosa da expansão do crédito, do mercado de Segunda mão e do aumento do número de ocupados por família, ampliando a renda familiar. Se era possível observar que o número de consumo e sua renovação, principalmente dos bens de maior preço, guardava estreita relação com o nível de renda, também nos domicílios precários, de baixa renda, eles começavam a estar cada vez mais presentes, sobretudo o fogão e o rádio, mas também a geladeira e a televisão, gerando mudanças de necessidades e valores” (Henriques, 1999)

É verdade que situações extremas podiam estar sendo afastadas, mas outras situações de pobreza estavam sendo criadas.

O que tem que ser frizado é que a dimensão existente da chamada pobreza absoluta dos anos 70 era totalmente incompatível com o nível de desenvolvimento material alcançado pelo país. Que pudesse estar ocorrendo uma diminuição da proporção e do número de pessoas e famílias classificadas como pobre pela linha de pobreza, seria um movimento esperável num contexto de alto dinamismo econômico e de rápida criação de empregos no meio urbano.

Restou um volume e uma proporção da chamada pobreza absoluta totalmente incompatível com o potencial econômico gerado, esse limite extremo do espectro de desigualdades poderia ser tranquilamente superado.

Em meio a um brutal desenvolvimento material e a uma imposição de novas necessidades foi se construindo uma das sociedades mais desiguais do mundo – desigualdades de oportunidades de vida, de renda, de educação, de cultura, de consumo de bens e serviços, essenciais ou não, privados e públicos. Morte de crianças por doenças infecto-contagiosas e ausência de adequada assistência à maternidade e ao parto, desnutrição, analfabetismo, trabalho infantil, trabalho escravo, níveis extremamente baixos de renda, moradia nas ruas, constituíam apenas a situação mais crítica daqueles que foram deixados para trás numa sociedade que olhava para frente e para fora.

Em conclusão, os rumos do país poderiam ter sido outros, outro poderia ter sido nosso estilo de desenvolvimento capitalista, um estilo de desenvolvimento guiado pelas necessidades básicas.

« Imaginemo-nos capazes de dar moradia, alimentação, vestuário, educação, bens culturais, cuidar da saúde de todos.

Nossas cidades como espaço democrático de convívio social, e não escravas do automóvel e do edifício.

Que nossas cidades não se transformassem em depósito do êxodo rural em massa (pressão permanente sobre os salários de base desapareceria), que, ao invés da repressão, tivéssemos sindicatos urbanos livres, ativos, capazes de levar adiante a contratação coletiva . Que o estado fosse capaz de por em prática política de proteção ao trabalho. Que a política social social ganhasse centralidade e garantisse o direito à educação, ao atendimento à saúde, ao transporte de massa, à moradia popular. Teríamos então, certamente, uma sociedade mais democrática e uma distribuição de renda mais justa.

É provável que as taxas de crescimento econômico fossem menores, bem como outra seria a estrutura produtiva e a estrutura do emprego urbano, com peso relativo maior do operariado e de servidores públicos. Mas os ricos e poderosos impuseram o crescimento rápido com brutal concentração de renda; a concentração brutal de renda e a diferenciação alucinada do consumo; a diferenciação alucinada do consumo e a fabricação de falsas necessidades; a fabricação de falsas necessidades e criação de um estado de escassez permanente; a criação de um estado de escassez permanente e o surgimento de uma nova pobreza fundada na angústia do consumidor ». (Henriques, 1999)

A questão fundamental foi que o Estado perdeu a oportunidade de modificar o perfil de renda da sociedade brasileira quando não realizou uma política efetiva em uma fase de crescimento econômico.

Na crise dos anos 80 o problema da exclusão social que já estava consolidado, se aprofundou. Nos anos 90, com a liberalização comercial e financeira, ampliou o problema do desemprego: agora não é apenas o mercado de trabalho que não absorve o contingente de mão de obra disponível, a relação entre investimento e criação de novos postos de

trabalho mudou, agravando ainda mais o desemprego. A consequência é o que nós vemos hoje nas ruas: violência urbana generalizada.

E como canta o Skank: “ Se o país não for pra cada um, pode estar certo não vai ser pra nenhum”

Esmola

Uma esmola pelo amor de Deus
Uma esmola, meu, por caridade
Uma esmola pro ceguinho, pro menino
Em toda esquina tem gente só pedindo

Uma esmola pro desempregado
Uma esmolinha pro preto pobre doente
Uma esmola pro que resta do Brasil
Pro mendigo, pro indigente

Ele que pede, eu que dou, ele só pede
O ano e mil novecentos e noventa e tal
Eu tô cansado de dar esmola
Qualquer lugar que eu passe é isso agora

Essa quota miserável da avareza
Se o país não for pra cada um
Pode estar certo
Não vai ser pra nenhum

Não vai não, não vai não, não vai não
No hospital, no restaurante,
No sinal, no Morumbi
No Mário Filho, no Mineirão

Menino me vê começa logo a pedir
Me dá, me dá, me dá um dinheiro aí!

Bibliografia

BRANDÃO, S. (1991) *Política Salarial e negociação coletiva*. Dissertação de Mestrado, Campinas, IE-UNICAMP.

BRAVO, P. V. (1979) A Distribuição de Renda e as Opções de Desenvolvimento. In SERRA, J. (Coord.) *América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica*. São Paulo, Paz e Terra.

CACCIAMALI, M. C. (1998) Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil. In: PINHO, D. B. e VASCONCELLOS, M. S. (Coord.) *Manual de economia*. São Paulo, FEA-USP.

DIEESE (1975) *10 anos de política salarial*. São Paulo, DIEESE.

FURTADO, C. (1980) *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

FURTADO, C. (1976) *Prefácio à Nova Economia Política*

FUSFELD, D. R. (2001) *A Era do Economista*. São Paulo, Editora Saraiva.

HENRIQUES, W. (1999) Tese de doutoramento, Campinas, IE-UNICAMP.

PINTO, A (1979) Heterogeneidade Estrutural e Modelo de Desenvolvimento Recente. In SERRA, J. (Coord.) *América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica*. São Paulo, Paz e Terra.

POCHMANN, M. (1994) Trinta anos de políticas salariais no Brasil. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. et alii. (Orgs.) *O Mundo do Trabalho*. São Paulo, Scritta.

QUADROS, W. J. (1991) *O "Milagre Brasileiro" e a Expansão da Nova Classe Média*. Tese de doutoramento, Campinas, IE-UNICAMP.

SOUZA, P. R. C. (1980) *A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas*. Tese de doutoramento, Campinas, IFCH-UNICAMP.

TAVARES, M. C. e SERRA, J. (1971) Más allá del Estancamiento. Una discusión sobre el Estilo de Desarrollo Reciente del Brasil. In *El Trimestre Económico*, México, XXXVIII (152), outubro-dezembro.

PRADO, C (1989) *História e Desenvolvimento*